

Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG)

Gerência de Estudos e Normatização Contábil (GENOC)



***Avaliação, Mensuração e
Evidenciação de informações de
natureza Patrimonial nas
demonstrações contábeis do Poder
Executivo de Santa Catarina***

Secretaria de Estado da Fazenda

Planejamento e Orçamento

Administração Financeira

Controle Interno

- **Diretoria de Contabilidade Geral**
- Diretoria de Auditoria Geral

Secretaria de Estado da Administração

Gestão de Pessoas

Gestão de Materiais e Serviços

Gestão Patrimonial

Gestão Documental, Editoração e Publicação

Gestão de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica

Ouvidoria



Princípios de Contabilidade
NBC T SP 16.9 e 16.10 (CFC)
MCASP (STN)

Decreto Estadual nº 3.486, de 03/09/2010: “Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Estado nos casos que especifica”.

Instrução Normativa Conjunta DGPA-SEA/DCOG-SEF nº 001, de 12/04/2011:

“Estabelece normas de administração de Bens Móveis no que tange a Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens do Estado”

DECRETO ESTADUAL N. 3.486/2010

Institui a **obrigatoriedade** de realizar os **procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens** do Estado nos casos que especifica.

Ficam dispensados dos procedimentos em:

- ✓ Reavaliação para bens com vida útil estimada inferior a 02 anos;
- ✓ Depreciação, amortização ou exaustão de bens com vida útil inferior a 01 ano;
- ✓ Cujo custo de aquisição, valor recuperável ou valor reavaliado seja inferior a R\$ 1.000,00. *Obs: quando itens isolados.*



DECRETO ESTADUAL N. 3.486/2010

**Bens sujeitos
à (re)avaliação
(cronograma
SEA)**

**1° de
janeiro
2010**

**Depreciação,
amortização
ou exaustão
desde sua
colocação em
uso.**

**Bens que se sujeitam à
depreciação,
amortização ou
exaustão **APÓS** a
reavaliação.**

DECRETO ESTADUAL N. 3.486/2010

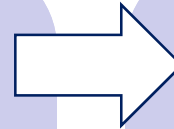
(RE) AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Comissão Técnica

Laudo Técnico

Registro Analítico
Sistema PAT

Registro Sintético na
Contabilidade



DEPRECIÇÃO E SIMILARES

Início após
(Re)Avaliação
Patrimonial

Registro Analítico
Sistema PAT

Registro Sintético na
Contabilidade

DECRETO ESTADUAL N. 3.486/2010

Art. 12. Compete à Diretoria de Gestão Patrimonial - DGPA da Secretaria de Estado da Administração - SEA, órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Patrimonial, por meio da Gerência de Bens Imóveis - GEIMO, o acompanhamento sistemático e permanente da execução das medidas constantes neste Decreto e dos resultados obtidos, com o objetivo de editar normas complementares, visando garantir o seu cumprimento.

§ 1º Havendo descumprimento do disposto neste Decreto, a Diretoria de Gestão Patrimonial - DGPA comunicará ao titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade a pendência ou restrição, para que este efetue a regularização em 30 (trinta) dias.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior e permanecendo a pendência ou restrição, a Diretoria de Gestão Patrimonial - DGPA comunicará o fato ao Grupo Gestor de Governo.

Instrução Normativa Conjunta 001/2011

Estabelece normas de administração de **Bens Móveis** no que tange a Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens do Estado.



**Avaliação de
Bens Doados**

**Parâmetros
para
Re(Avaliação)**

**Permite
(Re)Avaliação
por Lotes**

**Prazo de
Reavaliação**

**Cronograma
de
(Re)Avaliação**

Instrução Normativa Conjunta 001/2011

Grupos	Título	Prazo Máximo
1	Veículos Automotores	2011
2	Aeronaves	2011
2	Embarcações	2011
2	Equipamentos, Máquinas e Motores à combustível	2011
2	Veículos Acoplados e Rebocáveis	2011
3	Equipamentos de Processamento de Dados	2012
3	Aparelho, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalar	2012
3	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Medição e Orientação	2012
3	Armamentos, Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	2012
4	Animais e Semoventes	2012
5	Mobiliário em Geral	2013
6	Bens móveis não especificados nos itens anteriores	2013

Instrução Normativa Conjunta 001/2011

Art. 11. **Permanecendo qualquer pendência no órgão ou entidade na operacionalização** na reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Estado, **a Secretaria de Estado da Administração – SEA, através da DGPA, irá notificar o titular ou dirigente máximo do órgão ou entidade** para que providencie a regularização no prazo de 90 (noventa) dias.

INFORMAÇÃO GENOC/DCOG N. 014/2012

Referência: ações visando à adequada avaliação, mensuração e evidenciação de **informações de natureza patrimonial nas demonstrações contábeis** do Poder Executivo de Santa Catarina.

ASPECTOS GERAIS

DEPRECIAÇÃO (móveis/imóveis)

REAVALIAÇÃO (móveis/imóveis)

INTANGÍVEIS

DESAFIOS

RESULTADOS

DEPRECIÇÃO

- Desde 2010: Planilhas Eletrônicas (excel)
- Outubro/2011: Módulo no PAT
- Confrontação Planilhas x PAT

Movimentação nas contas de depreciação

	Móveis	
	2010	2011
Autarquias	2.130.035,67	2.790.268,63
Fundações	1.611.185,25	4.488.290,91
SDRs	315.254,77	1.008.215,51
Secretarias Setoriais	4.476.385,98	8.021.928,45
Fundos	<u>896.009,82</u>	<u>2.924.951,16</u>
Total	9.428.871,49	19.233.654,66

RESULTADOS

REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

- Com base em Cronograma (2011 – Aeronaves, Embarcações, Veículos, Equipamentos e Máquinas à combustível e Veículos Acoplados e Rebocáveis).

Tipo de entidade	Número de entidades	Realizaram reavaliação	Percentual
Autarquias *	8	1	12,50%
Fundações	7	3	42,86%
Secretarias Desenvolvimento Regional	36	8	22,22%
Secretarias Setoriais **	22	10	45,45%
Fundos com Patrimônio **	19	13	68,42%

RESULTADOS

REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – **NÃO PROCEDERAM**

Código	Nome
920021	Administração do Porto de São Francisco do Sul*
270028	Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina
270027	Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina
160002	Corpo de Bombeiros Militar
530023	Departamento de Transportes e Terminais
530025	Departamento Estadual de Infraestrutura
230022	Fundação Catarinense de Cultura
450021	Fundação Catarinense de Educação Especial
270024	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
450022	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina
470091	Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais
160091	Fundo para Melhoria da Segurança Pública
470092	Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
410091	Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparcelamento
480091	Fundo Estadual da Saúde

RESULTADOS

Código	Nome
480091	Fundo Estadual da Saúde
470093	Fundo Patrimonial
270025*	Instituto de Metrologia de Santa Catarina*
270023	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
160006	Polícia Militar
410002	Procuradoria Geral do Estado
430001	Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas
470001	Secretaria de Estado da Administração
440001	Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
260001	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
550001	Secretaria de Estado da Defesa Civil
450001	Secretaria de Estado da Educação
530001	Secretaria de Estado da Infraestrutura
540001	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
480001	Secretaria de Estado da Saúde
840001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Blumenau
670001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Braço do Norte
850001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Brusque

RESULTADOS

Código	Nome
790001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Caçador
770001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Campos Novos
950001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Canoinhas
730001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Chapecó
750001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Concórdia
900001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Criciúma
800001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Curitibanos
870001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Grande Florianópolis
830001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Ibirama
860001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Itajaí
600001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Itapiranga
760001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Joaçaba
960001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Lages
880001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Laguna
940001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Mafra
980001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Palmitos
970001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – São Joaquim
720001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – São Lourenço do Oeste

RESULTADOS

Código	Nome
700001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – São Miguel do Oeste
620001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Seara
630001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Taió
660001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Timbó
890001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Tubarão
740001	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Xanxerê
230001	Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte

No mês de janeiro de 2012 a Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte promoveu o registro de reavaliação de veículos, no valor de R\$ 28.664,00

RESULTADOS

Impacto na composição patrimonial do Estado de Santa Catarina

	Bens Imóveis	Bens Móveis	Total
Saldo em 1/1/2010	1.573.503.555,71	1.186.501.902,83	2.760.005.458,54
Adições	1.195.543.099,66	608.068.041,56	1.803.611.141,22
Baixas	<u>936.659.882,63</u>	<u>380.207.791,79</u>	<u>1.316.867.674,42</u>
Saldo em 31/12/2010	1.832.386.772,74	1.414.362.152,60	3.246.748.925,34
Adições	1.022.975.967,24	540.986.042,05	1.563.962.009,29
Baixas	<u>249.657.409,38</u>	<u>295.402.499,32</u>	<u>545.059.908,70</u>
Saldo em 31/12/2011	2.605.705.330,60	1.659.945.695,33	4.265.651.025,93
Variação	65,60%	39,90%	54,55%
Tempo de vida útil estimado em anos	25 (exceto terrenos)	5 a 10	-

DESAFIOS

- elevado volume de bens a serem submetidos aos procedimentos previstos no Decreto n. 3.486/2010;
- falta de estrutura nas unidades locais de patrimônio e no órgão central do sistema;
- ausência de sistematização das ações a serem desenvolvidas para a consecução dos objetivos estabelecidos no Decreto n. 3.486/2010;
- fragilidade nos controles das movimentações patrimoniais nos órgãos e entre órgãos;
- ausência de sistema adequado ao registro e controle patrimonial, passível de integração com o SIGEF.

Estamos à disposição:

genoc@sefaz.sc.gov.br

(48) 3665-2657 / 2755 / 2724 / 2653

Gerência de Estudos e Normatização Contábil

Diretoria de Contabilidade Geral

Secretaria de Estado da Fazenda